

## Sobre a tese de que a bivalência implica o determinismo causal, do estoicismo ao aristotelismo

Paulo Ferreira

According to Simplicius' commentary on Aristotle's *Categories*, the Platonic philosopher Claudius Nicostratus (*fl.* mid-2nd c. A.D.) challenges Aristotle's claim in the *Categories* to the effect that statements about future contingents are neither true nor false. I argue that Nicostratus' charge traces back to Chrysippus' argument for causal determinism in Cicero's *De Fato* and plays a significant role in motivating Ammonius' and Boethius' solution to the problem of future contingents.

Segundo o testemunho de Simplício (*In Cat.*), o platônico Cláudio Nicóstrato (*fl.* meados do séc. II d.C.) move contra as *Categorias* de Aristóteles um ataque em muitas frentes, uma das quais tem como alvo a tese de que enunciados sobre futuros contingentes não são nem verdadeiros nem falsos. Nesta contribuição, defendo que a investida em questão retoma um argumento de Crisipo em favor do determinismo causal e tem parte significativa na motivação da solução de Amônio e Boécio para o problema dos futuros contingentes.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Gostaria de agradecer a Balthazar Barbosa Filho (*in memoriam*) e a todos com quem pude discutir elementos desta contribuição no *Colóquio Internacional "A Questão dos Futuros Contingentes"* (UFRJ, 2014), no *IV Congreso de la Asociación Latinoamericana de Filosofía Antigua* (UNL, 2014), na *Maratona de Tradução de Filosofia Antiga* (UFG, 2016), no seminário de leitura das *Categorias* de Aristóteles (org. Marco Zingano) e no curso de Filosofia da Lógica que ministrei junto ao PPG-Filosofia da UNIFESP em 2018, nomeadamente Marcelo Boeri, Roberto Bolzani, Vitor Bragança, Wellington Damasceno, Daniela Fernandes Cruz, Mateus Fernandes Ferreira, Fernando Gazoni, Marcos Gleizer, Victor Gonçalves de Sousa, Rodrigo Guerizoli, Nickolas Julio, Evan Keeling, Fernanda Lobo, Daniel Lopes, Luiz Henrique Lopes dos Santos, Edgar Marques, Pedro Mesquita, Jorge Mittelmann, Luiz Carlos Pereira, André Porto, Ricardo Salles, Ricardo Santos, Araceli Velloso, Raphael Zillig e Marco Zingano.

I

Cícero (*Fat.* 20-21) reporta o seguinte argumento de Crisipo:

Sed haec hactenus; alia videamus. Concludit enim Chrysippus hoc modo: ‘Si est motus sine causa, non omnis enuntiatio quod ἀξίωμα dialectici appellant aut vera aut falsa erit; causas enim efficientis quod non habebit, id nec verum nec falsum erit; omnis autem enuntiatio aut vera aut falsa est; motus ergo sine causa nullus est. [21] Quod si ita est, omnia, quae fiunt, causis fiunt antegressis; id si ita est, fato omnia fiunt; efficitur igitur fato fieri, quaecumque fiant.’

Baste quanto a isso; vejamos outros pontos. Crisipo chega à conclusão do seguinte modo: “Se há movimento sem causa, não é o caso que toda sentença a que os dialéticos<sup>2</sup> chamam *axiōma* será ou verdadeira ou falsa, pois o que não tenha causas que o produzam não será nem verdadeiro nem falso; porém, toda sentença é ou verdadeira ou falsa; portanto, não há nenhum movimento sem causa. [21] Se é assim, tudo o que ocorre, ocorre por causas antecedentes; e, se é assim, tudo ocorre por destino. Resulta, pois, que o que quer o que ocorra, ocorre por destino”.

Crisipo argumenta por *modus tollens*<sup>3</sup> do princípio de bivalência (“toda sentença é ou verdadeira ou falsa”) e da implicação da existência de movimento sem causa à negação do princípio de bivalência (“se há movimento sem causa, não é o caso que toda sentença a que os dialéticos chamam *axiōma* será ou verdadeira ou falsa”) à conclusão de que não há movimento sem causa – e da conclusão de que não há movimento sem causa extrai sem premissas adicionais que tudo ocorre por causas antecedentes e por destino. Como, porém, é admissível que as mesmas causas possam, sob as mesmas circunstâncias, tanto produzir quanto não produzir certo resultado, do fato de que todo evento tem causa não decorre que tudo ocorra por destino. A fim de evitar o *non sequitur*, penso devermos assumir que “há movimento sem causa” corresponda à negação não de “todo evento tem causa”, mas da conjunção “todo evento tem causa e, para que o resultado fosse (contrafactualmente) diferente, as causas ou as circunstâncias (em uma palavra: o estado de coisas precedente) teriam de ser (contrafactualmente) diferentes” – conjunção que, por seu turno, corresponde à afirmação do determinismo causal.<sup>4</sup>

---

<sup>2</sup> Talvez as *Definições dialéticas* (Διαλεκτικοὶ ὄροι) de Crisipo: cf. o passo de DL na seção II.

<sup>3</sup> A que a lógica estoica chama “o segundo indemonstrável”: cf., e.g., MATES (1961: 67-74).

<sup>4</sup>Jogada similar pode ser observada em Plutarco, *St. Rep.* 23 1045bc, passagem que diz conter “das mais célebres asserções frequentes de Crisipo”, onde Crisipo aduz contra “o incausado” (τὸ ἀναίτιον) evidência em favor da tese de que nada ocorre “sem uma causa e uma diferença que se dê necessariamente ou nela ou nas circunstâncias” (ἄνευ τινὸς αἰτίας καὶ διαφορᾶς ἢ περὶ αὐτὰ πάντως ἢ περὶ τὰ ἔξωθεν γινομένης), do que conclui inexistirem “o incausado e o espontâneo” (τὸ ἀναίτιον καὶ τὸ αὐτόματον). Sobre o passo em Plutarco e a afirmação do determinismo causal por Crisipo como correspondente à conjunção acima, cf. Bobzien (1998: 33-44).

Crisipo argumenta, pois, do princípio de bivalência e da implicação da negação do determinismo causal à negação do princípio de bivalência – implicação que, segundo o texto, repousa sobre a tese de que o *truth-maker* de uma sentença sobre o futuro é o estado de coisas precedente (“o que não tenha causas que o produzam não será nem verdadeiro nem falso”) – à conclusão de que o determinismo causal é o caso.

Quanto à implicação da negação do determinismo causal à negação do princípio de bivalência, Crisipo parece assumir que, se o estado de coisas que a sentença descreve é futuro, a sentença ainda não poderia ser nem verdadeira nem falsa se seu *truth-maker* fosse o próprio estado de coisas que descreve. A fim de possuir algum valor de verdade, é necessário que o estado de coisas ora presente a torne verdadeira (falsa) – o que somente será o caso se ora estiver em ação uma conjunção de causas e circunstâncias que determine a ocorrência (não ocorrência) do estado de coisas que descreve, visto que, em caso contrário, nada haveria a que a sentença ora pudesse corresponder.

Como, porém, pode Crisipo assumir que toda sentença é ou verdadeira ou falsa – em particular, que inclusive sentenças sobre o futuro são desde logo ou verdadeiras ou falsas? Não está precisamente isso em questão, se está por se estabelecer se o determinismo causal é ou não é o caso? Comentadores como Sharples (1991: 174) e Bobzien (1998: 62) limitam-se à observação de que jamais se atesta um argumento em favor do princípio de bivalência em Crisipo. Barnes (2007: 74-83) é o único a propor um argumento, cujas premissas são o princípio do terceiro excluído e a implicação do fato à verdade da asserção do fato, com base em um testemunho de Simplicio (*In Cat.* 406.34-407.5 Kalbfleisch) sobre “os estoicos”.

Penso que o contexto do passo em Simplicio aporte elementos mais relevantes<sup>5</sup> – não menos porque o argumento em questão é claramente insuficiente, visto não assegurar que a sentença possua um de dois valores de verdade. No que segue, sustento que a dificuldade com a bivalência mostra-se ainda mais premente em face de outros pressupostos da implicação da bivalência ao determinismo – não somente a tese de que o *truth-maker* de sentenças sobre o futuro é o estado de coisas precedente, mas também certa concepção do que são sentenças ou *axiômata* e a tese de que somente *axiômata* são *truth-bearers*.

## II

Diógenes Laércio (VII 65) reporta a concepção crisipiana de *axiôma*:

---

<sup>5</sup> Cf., abaixo, a seção V.

Ἀξίωμα δέ ἐστὶν ὃ ἐστὶν ἀληθὲς ἢ ψεῦδος· ἢ πρᾶγμα αὐτοτελὲς ἀποφαντὸν ὅσον ἐφ' ἑαυτῷ, ὡς ὁ Χρῦσιππὸς φησὶν ἐν τοῖς Διαλεκτικοῖς ὅροις, “ἀξίωμα ἐστὶ τὸ ἀποφαντὸν ἢ καταφαντὸν ὅσον ἐφ' ἑαυτῷ, οἷον Ἡμέρα ἐστὶ, Δίον περιπατεῖ.” [...] οὔσης μὲν οὖν ἡμέρας, ἀληθὲς γίνεται τὸ προκειμένον ἀξίωμα· μὴ οὔσης δέ, ψεῦδος.

Um *axiōma* é aquilo que é verdadeiro ou falso, ou um item completo em si mesmo que pode ser asserido na medida em que seja tomado em si mesmo, como afirma Crisipo nas *Definições dialéticas*: “Um *axiōma* é aquilo que pode ser asserido ou declarado<sup>6</sup> na medida em que seja tomado em si mesmo, por exemplo: ‘É dia’, ‘Díon caminha’.” [...] Sendo dia, o *axiōma* proposto resulta verdadeiro; não sendo, falso.

Um *axiōma* não é a própria asserção, mas aquilo que pode ser asserido – em particular, um *axiōma* pode ser asserido em tempos diferentes e seu valor de verdade pode mudar. Ao se proferir “Paulo Ferreira está em Guarulhos hoje” sucessivamente em 11, 12 e 13 de agosto de 2019, instancia-se o mesmo *axiōma* (“Paulo Ferreira está em Guarulhos hoje”), o qual, se estou em Guarulhos somente em 12 de agosto de 2019, passa de falso a verdadeiro e de verdadeiro a falso nas datas em questão. Em outras palavras, um *axiōma* não é um exemplar, mas um tipo, e a sua referência temporal deve ser móvel. Penso que o contraste a seguir seja esclarecedor.

A fim de que a mesma sentença-tipo ou proposição não possa passar de verdadeira a falsa ou de falsa a verdadeira, a sua referência temporal deve ser uma data fixa, de modo que os três proferimentos sucessivos de “Paulo Ferreira está em Guarulhos hoje” em 11, 12 e 13 de agosto de 2019 instanciem respectivamente as sentenças-tipo ou proposições “Paulo Ferreira está em Guarulhos em 11 de agosto de 2019” (falsa), “Paulo Ferreira está em Guarulhos em 12 de agosto 2019” (verdadeira) e “Paulo Ferreira está em Guarulhos em 13 de agosto de 2019” (falsa), onde “está” não comporta flexão temporal.<sup>7</sup> Nesse caso, tem-se a mesma sentença-tipo ou proposição não em proferimentos sucessivos de “Paulo Ferreira está em Guarulhos hoje” em 11, 12 e 13 de agosto de 2019, mas, digamos, em proferimentos sucessivos de “Paulo Ferreira estará em Guarulhos amanhã” em 11 de agosto de 2019, de “Paulo Ferreira está em Guarulhos hoje” em 12 de agosto de 2019 e de “Paulo Ferreira esteve em Guarulhos ontem” em 13 de agosto de 2019, os quais instanciam a sentença-tipo ou proposição “Paulo Ferreira está em Guarulhos em 12 de agosto de 2019”.

Por sua parte, para que o mesmo *axiōma* possa passar de falso a verdadeiro ou de verdadeiro a falso conforme mudem os estados de coisas a que sucessivamente se refere, a

---

<sup>6</sup> Note-se que os adjetivos verbais ἀποφαντός e καταφαντός são, respectivamente, formas de ἀποφαίνω e καταφαίνω, não de ἀπόφημι/ἀποφάσκω (“negar”) e κατάφημι/καταφάσκω (“afirmar”): cf. Mates (1961: 28 n. 8).

<sup>7</sup> Cf., e.g., Quine (1984: 13-14).

sua referência temporal em particular deve poder mudar a cada tempo sucessivo<sup>8</sup> – o que será o caso se não somente o seu proferimento, mas o próprio *axiôma* admitir itens como pseudo-datas (“ontem”, “hoje”, “amanhã”) e flexão temporal, a referência temporal dos quais é móvel. Assim, visto que a sua referência temporal será, a cada dia sucessivo, sempre o próprio dia, o *axiôma* “Paulo Ferreira está em Guarulhos hoje” será verdadeiro quando eu estiver em Guarulhos e falso em caso diverso.

Note-se, ainda, que no caso de sentenças-tipo ou proposições é possível preservar tanto a intuição de que o estado de coisas que a entidade lógica descreve é indeterminado quanto a intuição de que a entidade lógica deve possuir algum valor de verdade: se, por exemplo, seu *truth-maker* é cada sucessivo estado de coisas simultâneo à valoração, a sentença-tipo ou proposição “Paulo Ferreira está em Guarulhos em 12 de agosto de 2019” pode passar de nem verdadeira nem falsa antes de 12 de agosto de 2019 a ou verdadeira ou falsa em 12 de agosto de 2019<sup>9</sup> – ou, se seu *truth-maker* é o próprio estado de coisas que descreve, a sentença-tipo ou proposição “Paulo Ferreira está em Guarulhos em 12 de agosto de 2019” será verdadeira (falsa) quando o estado de coisas que descreve se der (não se der), mas, visto que era a mesma sentença-tipo ou proposição quando instanciada como, e.g., “Paulo Ferreira estará em Guarulhos amanhã”, em virtude do *truth-value link* era verdadeira (falsa) antes que o estado de coisas que descreve se desse (não se desse).<sup>10</sup>

Por contraste, o mesmo *axiôma* não admite *truth-value link* – pois a sua referência é diferente a cada tempo sucessivo – nem pode de nem verdadeiro nem falso adquirir um de dois valores de verdade conforme ou se dê ou não se dê o estado de coisas que ora descreve: tal como em “Fiado só amanhã”, a referência temporal de “Paulo Ferreira estará em Guarulhos amanhã” é, a cada dia sucessivo, sempre o dia seguinte – de modo que, se seu *truth-maker* é cada sucessivo estado de coisas simultâneo à valoração, o *axiôma* não é nem verdadeiro nem falso e não adquire valor de verdade, pois, quando o estado de coisas que ora descreve ou se der ou não se der, a sua referência temporal será diferente: o *axiôma* “Paulo

---

<sup>8</sup> Na expressão de Haack (1978: 75), a entidade lógica em questão será “ambígua”.

<sup>9</sup> Barbosa Filho (2005) sustenta ser esse o núcleo da solução de Aristóteles para o problema dos futuros contingentes, o que pressuponho em Ferreira (2011). Cf. MacFarlane (2003).

<sup>10</sup> Cf. Westphal (2006). Sobre a noção de *truth-value link*, cf. Dummett (1978: 358-74) e (2004: 73-96).

Ferreira estará em Guarulhos amanhã” referir-se-á, amanhã, a depois de amanhã, e assim por diante.<sup>11</sup>

Assim, visto que o *truth-maker* de um *axiôma* sobre o futuro deve ser o estado de coisas precedente e um *axiôma* sobre o futuro não pode de nem verdadeiro nem falso adquirir um de dois valores de verdade quando ou se der ou não se der o estado de coisas que ora descreve, segue-se que um *axiôma* sobre o futuro ou não terá valor de verdade (se nem todo evento tem causa ou o estado de coisas precedente pode ser o mesmo e o resultado, diferente) ou terá o valor de verdade que o estado de coisas precedente determina (se todo evento tem causa e, para que o resultado fosse diferente, o estado de coisas precedente tivesse de ser diferente). Nesse caso, assumir o princípio de bivalência significa garantir que *axiômata* sobre o futuro possam manter relações lógicas com *axiômata* sobre os demais tempos – de modo que, por exemplo, a conjunção “Díon está vivo hoje e estará vivo amanhã” possa ser verdadeira até a véspera da morte de Díon, quando se torna falsa,<sup>12</sup> em vez de ter o mesmo valor de verdade que “Díon está vivo hoje e que horas são?” e “Díon está vivo hoje e por favor passe-me o sal”.

### III

Contraste-se agora o caso dos proferimentos – os quais, segundo Crisipo, não possuem valor de verdade. Leia-se a respeito o que transmite João Estobeu (III 28 18 621.9-16 Wachsmuth-Hense):

Χρύσιππος διαφέρειν ἔφη τὸ ἀληθορκεῖν τοῦ εὐορκεῖν καὶ τὸ ἐπιορκεῖν τοῦ ψευδορκεῖν· τὸν μὲν ὀμνύντα καθ’ ὃν ὀμνύει καιρὸν πάντως ἢ ἀληθορκεῖν ἢ ψευδορκεῖν· τὸ γὰρ ὀμνύμενον ὑπ’ αὐτοῦ ἢ ἀληθὲς εἶναι ἢ ψεῦδος, ἐπειδὴ ἀξίωμα τυγχάνει ὄν· τὸν δὲ ὀμνύντα μὴ πάντως καθ’ ὃν ὀμνύει χρόνον ἢ εὐορκεῖν ἢ ἐπιορκεῖν, ὅτε μὴ πάρεστιν ὁ χρόνος, εἰς ὃν ἢ ἀναφορὰ τῶν ὄρκων ἐγίγνετο.

Crisipo disse serem diferentes *alêthorkein e euorkein, epiorkein e pseudorkein*. Quem jura, no tempo em que jura, necessariamente ou *alêthorkei* ou *pseudorkei*, pois aquilo que por ele é jurado é ou verdadeiro ou falso, visto que é um *axiôma*. Porém, quem jura não necessariamente ou *euorkei* ou *epiorkei* no tempo em que jura, quando não é presente o tempo a que fazem referência os juramentos.

---

<sup>11</sup> O que certamente não significa que um *axiôma* não possa passar de nem verdadeiro nem falso a ou verdadeiro ou falso, mas que o fará somente se o estado de coisas que ora descreve passar *ex ante* de causalmente indeterminado a causalmente determinado.

<sup>12</sup> Cf. o ponto similar em um testemunho de Simplicio (*In Phys.* 1299.36-1300.10 Diels) sobre “os estoicos”.

Ao exemplificar os enunciados a que os estoicos chamam “de juramento” (ὄμοτικοί), Amônio (*In Int.* 2,29-30) cita um hemistíquio da *Odisseia* (“Saiba isto agora a terra”). A passagem de que faz o excerto (ε 184-187) reza:

ἴστω νῦν τόδε γαῖα καὶ οὐρανὸς εὐρὺς ὑπερθεν  
καὶ τὸ κατειβόμενον Στυγὸς ὕδωρ, ὅς τε μέγιστος  
ὄρκος δεινότατός τε πέλει μακάρεσσι θεοῖσιν,  
μὴ τί τοι αὐτῷ πῆμα κακὸν βουλευσέμεν ἄλλο.

Saiba isto agora a terra, o vasto céu acima  
e a água proclive de Estige, maior e mais terrível  
juramento para bem-aventurados deuses:  
não planejarei contra ti outro maligno flagelo.

Trata-se de uma asserção sobre o futuro<sup>13</sup> – e, segundo Crisipo, quem o enuncia *alêthorkei* ou *pseudorkei* antes de produzir ou deixar de produzir o evento ou estado de coisas que o enunciado descreve, mas *euorkei* ou *epiorkei* somente ao produzir ou deixar de produzir o estado de coisas que o enunciado descreve. Parece seguro inferir que *alêthorkein* e *pseudorkein* devam significar respectivamente “jurar algo verdadeiro” e “jurar algo falso”, ao passo que *euorkein* e *epiorkein*, “cumprir o juramento” e “descumprir o juramento”.

Note-se que o uso corrente das expressões nem sempre coincide com aquele prescrito por Crisipo. Tomem-se como exemplos K 328-332:

᾽Ως φαθ', ὃ δ' ἐν χερσὶ σκῆπτρον λάβε καὶ οἱ ὄμοσεν·  
ἴστω νῦν Ζεὺς αὐτὸς ἐρίγδουπος πόσις Ἥρης,  
μὴ μὲν τοῖς ἵπποισιν ἀνήρ ἐποχῆσεται ἄλλος  
Τρώων, ἀλλὰ σέ φημι διαμπερὲς ἀγλαῖεῖσθαι.  
᾽Ως φάτο καὶ ῥ' ἐπίορκον ἐπώμοσε, τὸν δ' ὀρόθουνεν·

Assim disse; ele tomou o cetro nas mãos e jurou-lhe:  
“Saiba agora o próprio Zeus tonitruante, marido de Hera:  
outro varão troiano sobre esses cavalos não se suspenderá,  
antes digo que tu com eles deleitar-te-ás para sempre.”  
Assim disse; jurou algo falso (*epiorkon epōmose*), mas o motivou.

e Heródoto (I 165 3):

πρὸς δὲ ταύτησι καὶ μύδρον σιδήρεον κατεπόντωσαν καὶ ὄμοσαν μὴ πρὶν ἐς Φώκαιαν ἦξειν πρὶν ἢ τὸν μύδρον τοῦτον ἀναφανῆναι. στελλομένων δὲ αὐτῶν ἐπὶ τὴν Κύρνον ὑπερημίσεας τῶν ἀστῶν ἔλαβε πόθος τε καὶ οἶκτος τῆς πόλιος καὶ τῶν ἠθέων τῆς χώρας, ψευδόρκοι δὲ γινόμενοι ἀπέπλεον ὀπίσω ἐς τὴν Φώκαιαν.

Além disso, afundaram no mar um bloco de ferro e juraram não voltar a Foceia antes que o bloco reaparecesse. Durante a preparação para a viagem a Círno, porém, mais da metade dos cidadãos sentiu

---

<sup>13</sup> Segundo o passo em João Estobeu, Crisipo também admitia juramentos sobre o presente.

lamentosa saudade da cidade e dos usos da terra e, descumprindo o juramento (*pseudorkioi* [...] *genomenoi*), navegaram de volta para Focea.

Ao contrário do que pretende Crisipo, as formas cognatas de *epiorkein* e de *pseudorkein* nesses passos devem significar respectivamente “jurar algo falso” e “descumprir o juramento”. Penso que a motivação de Crisipo ao delimitar o uso dos termos seja exclusivamente de corte lógico: alguém *alêthorkei* ou *pseudorkei* relativamente ao *axiôma* que instancia ao fazer o juramento (como expresso por Estobeu, “quem jura, no tempo em que jura, necessariamente ou *alêthorkei* ou *pseudorkei*, pois aquilo que por ele é jurado é ou verdadeiro ou falso, visto que é um *axiôma*”), mas *euorkei* ou *epiorkei* relativamente ao proferimento que faz, não ao *axiôma* que instancia, ao fazer o juramento (note-se: amanhã poderei quer cumprir quer descumprir o proferimento “Estarei em Guarulhos amanhã” feito hoje, mas não poderei jamais nem cumprir nem descumprir o *axiôma* “Estarei em Guarulhos amanhã”, visto que a cada dia sucessivo o *axiôma* se refere ao dia seguinte).

Assim, um proferimento sobre o futuro nem é cumprido nem é descumprido antes de se produzir ou deixar de produzir o evento ou estado de coisas que descreve, e ou é cumprido ou é descumprido ao se produzir ou deixar de produzir o evento ou estado de coisas que descreve – mas não possui valor de verdade, pois o que possui valor de verdade é sempre um *axiôma* (como expresso por Estobeu, “aquilo que por ele é jurado é ou verdadeiro ou falso, visto que é um *axiôma*”).

#### IV

Se a implicação da bivalência ao determinismo causal tem como pressupostos a tese de que somente *axiômata* são *truth-bearers* e a tese de que o *truth-maker* de *axiômata* sobre o futuro é o estado de coisas precedente, negar um dos dois é suficiente para bloquear o argumento de Crisipo. Para as suscetibilidades modernas, é para dizer o mínimo invulgar que a entidade lógica que é capaz de receber o verdadeiro e o falso seja um enunciado-tipo que muda de verdadeiro a falso e de falso a verdadeiro porque a sua referência temporal é móvel<sup>14</sup> – porém, a solução reportada em Cícero (*Fat.* 26-28) em contraposição à argumentação de Crisipo em favor da implicação da bivalência ao determinismo causal subscreve precisamente esse pressuposto ao sustentar que o próprio estado de coisas que a entidade lógica descreve seja o que a torna ou verdadeira ou falsa:

---

<sup>14</sup> Cf., e.g., Haack (1978: 79ss.).



Quod cum ita sit, quid est, cur non omnis pronuntiatio aut vera aut falsa sit, nisi concesserimus fato fieri, quaecumque fiant? Quia futura vera, inquit, non possunt esse ea, quae causas, cur futura sint, non habent; habeant igitur causas necesse est ea, quae vera sunt; ita, cum evenerint, fato evenerint. Confectum negotium, siquidem concedendum tibi est aut fato omnia fieri, aut quicquam fieri posse sine causa. [27] An aliter haec enuntiatio vera esse non potest: ‘Capiet Numantiam Scipio’, nisi ex aeternitate causa causam serens hoc erit effectura? An hoc falsum potuisset esse, si esset sescentis saeculis ante dictum? Et si tum non esset vera haec enuntiatio: ‘Capiet Numantiam Scipio’, ne illa quidem eversa vera est haec enuntiatio: ‘Capiet Numantiam Scipio.’ Potest igitur quicquam factum esse, quod non verum fuerit futurum esse? Nam ut praeterita ea vera dicimus, quorum superiore tempore vera fuerit instantia, sic futura, quorum consequenti tempore vera erit instantia, ea vera dicemus. [28] Nec, si omne enuntiatum aut verum aut falsum est, sequitur ilico esse causas immutabilis, easque aeternas, quae prohibeant quicquam secus cadere, atque casurum sit; fortuitae sunt causae, quae efficiant, ut vere dicantur, quae ita dicuntur: ‘Veniet in senatum Cato’, non inclusae in rerum natura atque mundo; et tamen tam est immutabile venturum, cum est verum, quam venisse, nec ob eam causam fatum aut necessitas extimescenda est. Etenim erit confiteri necesse: ‘Si hoc enuntiatum: “Veniet in Tusculanum Hortensius” verum non est, sequitur, ut falsum sit.’ Quorum isti neutrum volunt; quod fieri non potest.

Assim sendo, que motivo há para que nem toda sentença seja ou verdadeira ou falsa, caso não tenhamos concedido ocorrer por destino o que quer que ocorra? “Pois”, diz ele, “não podem ser futuros verdadeiros aqueles que não têm causas de que hajam de ser o caso. É, pois, necessário ter causas aquilo que é verdadeiro; assim, quando vier a ser, terá vindo a ser por destino.” Está fechado o negócio, se se deve conceder-te que ou tudo ocorre por destino ou algo pode ocorrer sem causa. [27] Não pode de outro modo ser verdadeira a sentença “Cipião tomará Numância”, se causa entrelaçando causa desde a eternidade<sup>15</sup> não houver de o produzir? Poderia ser isso falso, caso houvesse sido dito <com verdade> seiscentos séculos antes? E, se nesse tempo não fosse verdadeira a sentença “Cipião tomará Numância”, nem mesmo ao ser ela varrida do mapa é verdadeira a sentença “Cipião tomará Numância” [capiet *codd.*, cepit (“tomou”) *Ramus*]. Pode, pois, algo ter sido feito que não tenha sido verdadeiro que haveria de ser? Com efeito, assim como dizemos ser passados verdadeiros aqueles cuja presença em tempo anterior tenha sido verdadeira, igualmente diremos futuros verdadeiros aqueles cuja presença em tempo posterior for verdadeira. [28] E, se toda sentença é ou verdadeira ou falsa, não se segue imediatamente que há causas imutáveis eternas que vedem que algo se dê de modo diferente de como se dará. As causas que fazem ser dito com verdade o que assim se diz – “Catão virá ao senado” – são fortuitas, não incluídas na natureza das coisas e no mundo. Não obstante, é tão imutável vir a ser, quando é verdadeiro, quanto ter vindo a ser, e não se deve por essa razão temer o destino e a necessidade. E, com efeito, será necessário reconhecer: se a sentença “Hortensio virá a Túsculo” não é verdadeira, segue-se que é falsa. Eles não querem nenhuma dessas, mas isso não pode ocorrer.

A correção proposta sem base em MSS por Ramus (1554: 20) mostra tão somente que o lógico francês já não concebe *axiômata* como *truth-bearers*, senão que assume o *truth-value link* entre uma asserção em flexão futura (“Cipião tomará Numância”) e uma asserção em flexão passada (“Cipião tomou Numância”) – o qual, como vimos, requer que as entidades lógicas que recebem o verdadeiro e o falso tenham a referência temporal fixa. Caso, porém, o texto dos MSS para as sentenças sobre Cipião seja mantido, o ponto será precisamente aquele que acima atribuo a Crisipo: se o *axiôma* “Cipião tomará Numância” não é nem verdadeiro nem falso antes de ou se dar ou não se dar o evento que ora descreve,

---

<sup>15</sup> Cf. a definição crisipiana de destino em Aulo Gélio (*NA VII 2 3*).

tampouco adquirir um valor de verdade quando o evento que ora descreve ou se dá ou não se dá, pois, tal como em “Fiado só amanhã”, a sua referência temporal (expressa na flexão temporal de “tomará”) será, então, diferente.

A solução, pois, consiste em, assumindo que os *truth-bearers* são *axiômata*, sustentar que, tal como no caso dos *axiômata* sobre o passado, cujo *truth-maker* é o próprio evento ou estado de coisas passado, igualmente sucede no caso dos *axiômata* sobre o futuro, cujo *truth-maker* deve ser o próprio evento ou estado de coisas futuro, não o estado de coisas precedente. Assim, tal como um *axiôma* sobre o passado é ou verdadeiro ou falso porque o evento ou estado de coisas que descreve ou ocorreu ou não ocorreu, igualmente um *axiôma* sobre o futuro é ou verdadeiro ou falso não porque o estado de coisas ora presente determina que ou ocorrerá ou não ocorrerá o evento ou estado de coisas que o *axiôma* descreve, mas porque o próprio evento ou estado de coisas que o *axiôma* descreve ou ocorrerá ou não ocorrerá – de modo que, se são ou a simples ocorrência futura ou a simples não ocorrência futura que o tornam ou verdadeiro ou falso, a valoração independe de quer a ocorrência futura quer a não ocorrência futura serem quer determinadas quer indeterminadas.

## V

Simplício (*In Cat.* 406.6-407.14 Kalbfleisch) reporta o que parece serem os desdobramentos tardios dessa questão:

Ὁ δὲ Νικόστρατος αἰτιᾶται κἀνταῦθα λέγων μὴ ἴδιον εἶναι τῶν κατὰ ἀντίφασιν ἀντικειμένων τὸ διαιρεῖν τὸ ἀληθὲς καὶ τὸ ψεῦδος. “οὔτε γὰρ μόνοις οὔτε πᾶσιν αὐτοῖς ὑπάρχει· οὐ μόνοις μὲν, ὅτι καὶ τοῖς ὁμοτικοῖς καὶ τοῖς ἀπομοτικοῖς λόγοις ὑπάρχει τὸ ἐξ ἀνάγκης θάτερον, οἷον ‘νῆ τὴν Ἀθηνᾶν ἔπραξα τάδε’· ‘οὐ μὰ τὴν Ἀθηνᾶν οὐκ ἔπραξα’. ἀλλὰ καὶ τοῖς θαυμαστικοῖς, φησί, τὸ αὐτὸ ὑπάρχει· ‘ὡς καλὸς γε ὁ Πειραιεύς’, καὶ τοῖς ψεκτικοῖς, οἷον ‘φαῦλός ἐστιν’, ‘οὐ φαῦλός ἐστιν’. οὐκ ἄρα μόνοις ὑπάρχει τοῖς κατὰ ἀντίφασιν τοῦτο, ἀλλ’ οὐδὲ πᾶσιν, φησίν. αἱ γὰρ εἰς τὸν μέλλοντα χρόνον ἐγκεκλιμένοι προτάσεις οὔτε ἀληθεῖς εἰσιν οὔτε ψευδεῖς διὰ τὴν τοῦ ἐνδεχομένου φύσιν· οὔτε γὰρ τὸ ‘ἔσται ναυμαχία’ ἀληθὲς οὔτε τὸ ‘οὐκ ἔσται’, ἀλλ’ ὁπότερον ἔτυχεν.” “πρὸς δὲ ταῦτα ἔνεστι μὲν, φασί, λέγειν ὅτι τεττάρων ὄντων ἀντικειμένων τοῦ ἐνὸς ἴδιον τοῦτο οὐ πρὸς πάντα ἀλλ’ ὡς πρὸς τὰ τρία ἀποδέδωκεν· ὁ γὰρ εἰπὼν ὅτι τῶν τεττάρων τὸ ἐν μερίζει τὸ ἀληθὲς καὶ τὸ ψεῦδος, οὐ καθάπαξ τοῦτο ἀπεφήνατο, ἀλλ’ ἐπὶ μόνων τῶν ἀντικειμένων τοῦτο ἐποίησεν. χωρὶς δὲ τούτων, φασίν, πάλοι λέλυται ταῦτα ἐν ταῖς ἐξηγήσεσιν τοῦ ὅρου τοῦ ἀξιώματος τοῦ ἀφοριζομένου τὸ ἀξίωμα ὃ ἐστὶν ἀληθὲς ἢ ψεῦδος. οὐδὲ γὰρ τὸ ὁμοτικὸν οἷόν τε ἀληθὲς εἶναι ἢ ψεῦδος, ἀλλ’ εὐορκεῖν μὲν ἢ ἐπιορκεῖν ἐν τοῖς ὅρκους εἰκός, ἀληθεύειν δὲ ἢ ψευδεσθαι ἐν αὐτοῖς οὐχ οἷόν τε, κἀν περὶ ἀληθῶν ὁμότης τις ἢ ψευδῶν. καὶ τὸ θαυμαστικὸν δὲ πλεονάζον τῷ θαύματι παρὰ τὸ ἀξίωμα καὶ τὸ ψεκτικὸν τῷ μώμῳ οὔτε ἀληθὲς ἐστὶν ἢ ψευδές, ἀλλὰ ὅμοια ἀληθῆσιν ἢ ψευδέσιν”. ἀλλ’ αὐταὶ μὲν ἀπὸ τῆς Στωικῆς ἀκριβείας ἔστωσαν αἱ λύσεις. μήποτε δὲ ἀπλοϊκώτερον ἐπελθεῖν δεῖ τῷ λόγῳ· τὸ γὰρ ὁμοτικὸν ‘νῆ τὴν Ἀθηνᾶν’ οὔτε ἀληθὲς οὔτε ψεῦδος δηλοῖ, συμπλεκόμενον δὲ πάντως προτάσει ἢ ἀληθεί ἢ ψευδεῖ, εἰ μὲν ἀληθῆς ἢ πρότασις, εὐορκεῖν ποιεῖ, ἀλλ’ οὐκ ἀληθεύειν (ἢ γὰρ πρότασις εἶχεν τὸ ἀληθές), ψευδεῖ δὲ συμπλεκόμενον ἐπιορκεῖν ἀναγκάζει, οὐ ψευδεσθαι. καὶ τὸ θαυμαστικὸν δὲ τὸ ‘ὡς’ προτάσει συνάπτεται τῇ ‘καλὸς ὁ Πειραιεύς ἐστὶν’, καὶ τὸ ψεκτικὸν ὁμοίως, τῶν προτάσεων τὸ

ἀληθές ἐχουσῶν ἢ τὸ ψεῦδος. περὶ δὲ τῶν εἰς τὸν μέλλοντα χρόνον ἀντιφάσεων οἱ μὲν Στωικοὶ τὰ αὐτὰ δοκιμάζουσιν, ἄπερ καὶ ἐπὶ τῶν ἄλλων. “ὥς γὰρ τὰ περὶ τῶν παρόντων καὶ παρεληλυθότων ἀντικείμενα, οὕτως καὶ τὰ μέλλοντα αὐτά τε, φασίν, καὶ τὰ μόρια αὐτῶν· ἢ γὰρ τὸ ἔσται ἀληθές ἐστιν ἢ τὸ οὐκ ἔσται, εἰ δεῖ ἦτοι ψευδῆ ἢ ἀληθῆ εἶναι (ὄρισται γὰρ κατ’ αὐτοὺς τὰ μέλλοντα). καὶ εἰ μὲν ἔσται ναυμαχία αὔριον, ἀληθές εἰπεῖν ὅτι ἔσται· εἰ δὲ μὴ ἔσται, ψεῦδος τὸ εἰπεῖν ὅτι ἔσται· ἦτοι δὲ ἔσται ἢ οὐκ ἔσται· ἦτοι ἄρα ἀληθές ἢ ψεῦδος θάτερον”. οἱ μὲντοι Περιπατητικοὶ τὴν μὲν ἀντίφασιν τὴν εἰς τὸ μέλλον ἀληθῆ ἢ ψευδῆ εἶναι λέγουσιν, πότερον δὲ ἔσται μόριον αὐτῶν ἀληθές καὶ πότερον ψεῦδος, ἄληπτον εἶναι τῆ φύσει καὶ ἄστατον. τὴν μὲν γὰρ ἀντίφασιν ἐφ’ οὐτινοσοῦν χρόνου οὐ κωλύει λέγεσθαι, τὸ ‘ἢ ἔσται ἢ οὐκ ἔσται’, τῶν δὲ ἐμπεριεχομένων ἐν αὐτῇ μορίων ἐκάτερον οἶον τὸ ‘ἔσται’ ἢ ‘οὐκ ἔσται’ ἀφορισμένως ἐπὶ μὲν τοῦ παρόντος καὶ παρεληλυθότος χρόνου ἤδη ἐστὶν ἢ ἀληθῆ ἢ ψευδῆ· ὅσα δὲ περὶ τοῦ μέλλοντος ἀποφαίνεται, ἤδη μὲν οὐκ ἔστιν ἢ ἀληθῆ ἢ ψευδῆ, ἔσται δὲ ἢ τοῖα ἢ τοῖα. ταῦτα μὲν οὖν ἀρκείτω πρὸς τὸν Νικόστρατον.

Nicóstrato acusa <Aristóteles> também nesse ponto, afirmando não ser próprio aos opostos por contradição dividir o verdadeiro e o falso, “pois não pertence nem somente a eles nem a todos eles: não somente a eles porque também aos enunciados de juramento, tanto afirmativos quanto negativos, pertence o *um dos dois por necessidade*, por exemplo, ‘Por Atena, fiz isso’, ‘Por Atena, não fiz’. Também pertence”, diz ele, “aos exclamativos, ‘Como é belo o Pireu’, e aos de reprimenda, por exemplo, ‘É vil’, ‘Não é vil’. Portanto, não pertence somente aos <opostos> por contradição, mas tampouco”, diz, “a todos eles, pois as *protaseis* flexionadas em tempo futuro não são nem verdadeiras nem falsas em razão da natureza do contingente, visto que nem ‘Haverá batalha naval’ nem ‘Não haverá’ são verdadeiros, mas *qual dos dois se deu*.” “Relativamente isso”, dizem eles, “de um lado é possível dizer que, sendo quatro os opostos, ele dá esse traço como próprio de um deles, não <próprio> relativamente a todas as <demais> coisas, mas, ele pretende, <próprio> relativamente aos <outros> três, pois quem disse que dos quatro um divide o verdadeiro e o falso não o asseriu em sentido absoluto, mas o fez no caso somente dos opostos. Porém, independentemente disso”, dizem, “há muito esses <problemas> foram solucionados nas explicações da definição de *axiōma*, a qual delimita *axiōma* como aquilo que é verdadeiro ou falso, pois o <enunciado> de juramento não pode ser verdadeiro ou falso, antes é razoável *euorkein* ou *epiorkein* em juramentos, mas não é possível dizer neles o verdadeiro ou o falso, ainda que se jure acerca do verdadeiro ou do falso; e o <enunciado> exclamativo, acrescentando, além do *axiōma*, a exclamação, e o <enunciado> de reprimenda, <acrescentando, além do *axiōma*,> a repreensão, não são nem verdadeiros nem falsos, mas similares a verdadeiros ou falsos.” Sejam essas as soluções oriundas da exatidão estoica; talvez, porém, se deva discorrer de modo mais simples. A <expressão> de juramento “Por Atena” não denota nem o verdadeiro nem o falso, mas, necessariamente combinada a uma *protasis* ou verdadeira ou falsa, caso a *protasis* seja verdadeira, faz *euorkein*, não dizer o verdadeiro (pois a *protasis* detém o verdadeiro), ao passo que, caso combinada a uma <*protasis*> falsa, força a *epiorkein*, não a dizer o falso – e, similarmente, tanto o <enunciado> exclamativo, que junta o “Como” à *protasis* “O Pireu é belo”, quanto o <enunciado> de reprimenda, por as *protaseis* deterem o verdadeiro ou o falso. Quanto às contradições em tempo futuro, os estoicos pensam o mesmo que nos demais casos: “Assim como os opostos acerca do presente e do passado, igualmente os <opostos> acerca do futuro – os próprios”, dizem eles, “e as suas partes, pois ou ‘Será’ é verdadeiro ou ‘Não será’, se deve ser ou verdadeiro ou falso (pois os <enunciados> futuros definem-se por esses itens): se haverá batalha naval amanhã, é verdadeiro dizer que haverá; se não haverá, é falso dizer que haverá; mas ou haverá ou não haverá; portanto, cada qual é ou verdadeiro ou falso.” Não obstante, os peripatéticos dizem que a contradição <flexionada> no futuro é verdadeira ou falsa, mas qual parte dela verdadeira e qual falsa é inapreensível e não fixo por natureza, pois não é vedado dizer a contradição em qualquer tempo (“Ou haverá ou não haverá”) – e cada uma das partes nela contidas (por exemplo, “Haverá” ou “Não haverá”) já é determinadamente ou verdadeira ou falsa no caso do tempo presente e passado, ao passo que tudo aquilo que se assera acerca do futuro ainda não é <determinadamente> ou verdadeiro ou falso, mas <as coisas> serão ou tais ou tais. Baste isso relativamente a Nicóstrato.

Simplicio marca ou com φησίν (“ele diz”) ou com φασίν (“eles dizem”) cada período que cita. A alternância entre o singular e o plural marca a passagem de uma citação de

Nicóstrato (de “pois não pertence” a “*qual dos dois se deu*”) a duas citações de pensadores estoicos (a primeira, de “Relativamente isso” a “similares a verdadeiros ou falsos”, a qual Simplício diz conter “as soluções oriundas da exatidão estoica”; e a segunda, de “Assim como os opostos acerca do presente e do passado” a “cada qual é ou verdadeiro ou falso”, a qual Simplício diz conter o que “os estoicos” pensam). Note-se, a esse respeito, que tanto Nicóstrato quanto o próprio Simplício utilizam o vocábulo aristotélico *protasis* para designar a entidade lógica que recebe o verdadeiro e o falso, ao passo que os estoicos anônimos utilizam o vocábulo crisipiano *axiôma*.

Nicóstrato ataca duas teses que implicitamente atribui a Aristóteles: que todas as entidades lógicas que são ou verdadeiras ou falsas são *protaseis* e que todas as *protaseis* são ou verdadeiras ou falsas. Segundo Nicóstrato, nem a primeira é o caso (pois enunciados de juramento e outros também são ou verdadeiros ou falsos), nem a segunda (pois *protaseis* sobre futuros contingentes não são nem verdadeiras nem falsas). A fim de responder ao ataque, Simplício aduz tanto uma posição de origem estoica sobre a primeira tese (posição que em grandes linhas endossa, uma vez reformulada) quanto uma posição de origem estoica sobre a segunda tese (posição que contrasta com aquela que atribui a peripatéticos anônimos).

Quanto à acusação de que nem todas as entidades lógicas que são ou verdadeiras ou falsas são *protaseis*, tanto Nicóstrato quanto os estoicos anônimos podem vindicar Crisipo: ao dizer, segundo o testemunho de Estobeu, tanto que aquilo que se jura é ou verdadeiro ou falso, visto ser um *axiôma*, quanto que quem jura ou *alêthorkei* ou *pseudorkei*, Crisipo é passível tanto de uma leitura segundo a qual um enunciado de juramento (tomado como o *axiôma* instanciado) é ou verdadeiro ou falso quanto de uma leitura segundo a qual um enunciado de juramento (tomado agora como o proferimento feito) não é nem verdadeiro nem falso, senão que ou se *euorkei* ou se *epiorkei* a respeito, sendo ou verdadeiro ou falso tão somente o *axiôma* instanciado.

Quanto à acusação de que nem todas as *protaseis* são ou verdadeiras ou falsas, Nicóstrato parece argumentar, tal como Crisipo, que quem pretenda admitir a contingência deve admitir também que as entidades lógicas que descrevem futuros contingentes não são, e não serão jamais, nem verdadeiras nem falsas. Ora, o argumento de Crisipo tem como pressupostos a tese de que o *truth-maker* de enunciados sobre o futuro é o estado de coisas precedente e a tese de que os *truth-bearers* têm a referência temporal móvel – e a solução peripatética reportada por Simplício não é outra que a solução para o problema dos futuros contingentes apresentada por Amônio e Boécio em seus respectivos comentários a *De Int.*

9,<sup>16</sup> a qual, segundo a interpretação dita *non-standard*,<sup>17</sup> consiste em sustentar que o *truth-maker* de um enunciado sobre o futuro é o próprio estado de coisas que descreve, não os estados de coisas precedentes, de modo que, se o estado de coisas futuro nem está determinado a se dar nem está determinado a não se dar, o enunciado é indeterminadamente verdadeiro se o estado de coisas se dará e é indeterminadamente falso se o estado de coisas não se dará. Assim, o enunciado “Paulo Ferreira estará em Guarulhos amanhã” é indeterminadamente verdadeiro em 11 de agosto de 2019 porque estarei em Guarulhos em 12 de agosto de 2019 e é indeterminadamente falso em 12 de agosto de 2019 porque não estarei em Guarulhos em 13 de agosto de 2019 – estados de coisas que são indeterminados e, não obstante, são o caso sob o ponto de vista da eternidade, externo a todo tempo, sob o qual todo tempo é presente.<sup>18</sup>

## VI

Visto que o endosso da tese de que o *truth-maker* de uma asserção sobre o futuro seja o próprio estado de coisas futuro permite salvaguardar a tese de que os *truth-bearers* têm a referência temporal móvel, cabe indagar se a atribuição da primeira tese a Aristóteles teria como motivação a atribuição da segunda tese a Aristóteles. Penso que a entidade lógica em *Cat. 5* – precisamente a obra sob o ataque de Nicóstrato – exhibe o traço em questão.

Em 4a10-11, Aristóteles enuncia como próprio das substâncias o fato de a mesma substância admitir atributos contrários, tais como “quente” e “frio”, “branco” e “negro”. Em 4a21-28, Aristóteles suscita o problema abaixo:

ἐπὶ δὲ τῶν ἄλλων οὐδενὸς φαίνεται τὸ τοιοῦτον, εἰ μὴ τις ἐνίσταται τὸν λόγον καὶ τὴν δόξαν φάσκων τῶν τοιούτων εἶναι· ὁ γὰρ αὐτὸς λόγος ἀληθῆς τε καὶ ψευδῆς δοκεῖ εἶναι, οἷον εἰ ἀληθῆς εἶη ὁ λόγος τὸ καθῆσθαι τινα, ἀναστάντος αὐτοῦ ὁ αὐτὸς οὗτος ψευδῆς ἔσται· ὡσαύτως δὲ καὶ ἐπὶ τῆς δόξης· εἰ γὰρ τις ἀληθῶς δοξάζοι τὸ καθῆσθαι τινα, ἀναστάντος αὐτοῦ ψευδῶς δοξάσει τὴν αὐτὴν ἔχων περὶ αὐτοῦ δόξαν.

---

<sup>16</sup> Simplício remete à oposição entre “determinadamente (ἀφορισμένως, *definite*) verdadeira ou falsa” e “indeterminadamente (ἀορίστως, *non definite*) verdadeira ou falsa”: cf., e.g., Amônio (*In De Int.* 138.11-139.20) e Boécio (*In De Int. I* 106.23-107.16, 124.14-126.21; *In De Int. II* 208.1-18, 213.18-214.12, 249.13-250.16).

<sup>17</sup> Cf. Mignucci (1996), (1998), (2001) e Seel (ed.) (2001). Julgo a interpretação dita *standard* insuficiente por sustentar que um enunciado sobre o futuro contingente possui não um de dois valores de verdade, mas somente a propriedade disjuntiva *ser ou verdadeiro ou falso*: cf. Kretzmann (1998).

<sup>18</sup> A noção de eternidade e o ponto de vista sob o qual inclusive os estados de coisas futuros em matéria contingente são o caso obtêm plena expressão em Boécio (*Cons. Phil.* V 6).

Em nenhum outro caso manifesta-se tal traço, a menos que se objete afirmando que o enunciado e a opinião são receptivos de itens desse tipo porque o mesmo enunciado é reputado ser tanto verdadeiro quanto falso (por exemplo: se o enunciado “alguém estar sentado” for verdadeiro, esse mesmo enunciado será falso quando a pessoa se levantar); e similarmente no caso da opinião (pois caso se opine com verdade “alguém estar sentado”, quando a pessoa se levantar opinar-se-á em falso caso se tenha a mesma opinião a respeito).

Atenho-me ao caso dos enunciados. A objeção consiste em sustentar que, se o mesmo enunciado puder receber os atributos contrários *verdadeiro* e *falso*, o fato de o mesmo item admitir atributos contrários não será próprio das substâncias. Assim, assume que o mesmo enunciado possa receber os atributos em questão – que, e.g., o enunciado “Sócrates está sentado” possa passar de falso a verdadeiro quando Sócrates se senta e de verdadeiro a falso quando Sócrates se levanta.

Em 4a28-b4, Aristóteles apresenta a primeira proposta de solução da dificuldade:

εἰ δέ τις καὶ τοῦτο παραδέχοιτο, ἀλλὰ τῷ γε τρόπῳ διαφέρει· τὰ μὲν γὰρ ἐπὶ τῶν οὐσιῶν αὐτὰ μεταβάλλοντα δεκτικὰ τῶν ἐναντίων ἐστίν· ψυχρὸν γὰρ ἐκ θερμοῦ γενόμενον μετέβαλεν (ἡλλοίωται γάρ), καὶ μέλαν ἐκ λευκοῦ καὶ σπουδαῖον ἐκ φαύλου, ὡσαύτως δὲ καὶ ἐπὶ τῶν ἄλλων ἕκαστον αὐτὸ μεταβολὴν δεχόμενον τῶν ἐναντίων δεκτικόν ἐστιν· ὁ δὲ λόγος καὶ ἡ δόξα αὐτὰ μὲν ἀκίνητα πάντη πάντως διαμένει, τοῦ δὲ πράγματος κινουμένου τὸ ἐναντίον περὶ αὐτὰ γίγνεται· ὁ μὲν γὰρ λόγος διαμένει ὁ αὐτὸς τὸ καθῆσθαι τινα, τοῦ δὲ πράγματος κινηθέντος ὅτε μὲν ἀληθῆς ὅτε δὲ ψευδῆς λέγεται· ὡσαύτως δὲ καὶ ἐπὶ τῆς δόξης. ὥστε τῷ τρόπῳ γε ἴδιον ἂν εἴη τῆς οὐσίας τὸ κατὰ τὴν αὐτῆς μεταβολὴν δεκτικὴν τῶν ἐναντίων εἶναι.

Porém, caso se aceite isso, ao menos em modo difere, pois, no caso das substâncias, na medida em que os próprios itens mudam, são receptivos de contrários: um item mudou (pois sofreu alteração) porque, de quente, tornou-se frio; de branco, negro; de vil, virtuoso – e, similarmente, nos demais casos cada item, na medida em que admite ele próprio mudança, é receptivo de contrários. Por outro lado, o enunciado e a opinião permanecem, eles próprios, em tudo e de todos os modos sem mudança, mas, porque a coisa sofre mudança, o contrário vem a ser no âmbito deles: o enunciado “alguém estar sentado” permanece o mesmo, mas, porque a coisa sofreu mudança, diz-se ora verdadeiro, ora falso; e similarmente no caso da opinião. Portanto, ao menos em modo resulta ser próprio da substância o fato de ser receptiva de contrários segundo a sua própria mudança.

Aristóteles inicialmente admite que o mesmo enunciado possa receber os atributos contrários *verdadeiro* e *falso* e observa que um enunciado não admite atributos contrários do modo como uma substância admite atributos contrários, visto que um enunciado recebe os atributos em questão não porque o próprio enunciado sofra mudança, mas porque o estado de coisas com que guarda relação sofre mudança – ao passo que uma substância recebe atributos contrários porque a própria substância sofre mudança. Assim, o modo como enunciados admitem atributos contrários e o modo como substâncias admitem atributos contrários serão diferentes.

Em 4b4-18, Aristóteles apresenta a solução definitiva:

εἰ δὴ τις καὶ ταῦτα παραδέχοιτο, τὴν δόξαν καὶ τὸν λόγον δεκτικὰ τῶν ἐναντίων εἶναι. οὐκ ἔστι δὲ ἀληθὲς τοῦτο· ὁ γὰρ λόγος καὶ ἡ δόξα οὐ τῷ αὐτὰ δέχεσθαι τι τῶν ἐναντίων εἶναι δεκτικὰ λέγεται, ἀλλὰ τῷ περὶ ἕτερόν τι τὸ πάθος γεγενῆσθαι· τῷ γὰρ τὸ πρᾶγμα εἶναι ἢ μὴ εἶναι, τούτῳ καὶ ὁ λόγος ἀληθὴς ἢ ψευδὴς εἶναι λέγεται, οὐ τῷ αὐτὸν δεκτικὸν εἶναι τῶν ἐναντίων· ἀπλῶς γὰρ οὐδὲν ὑπ’ οὐδενὸς οὔτε ὁ λόγος κινεῖται οὔτε ἡ δόξα, ὥστε οὐκ ἂν εἴη δεκτικὰ τῶν ἐναντίων μηδενὸς ἐν αὐτοῖς γιγνομένου πάθους· ἡ δὲ γε οὐσία τῷ αὐτὴν τὰ ἐναντία δέχεσθαι, τούτῳ δεκτικὴ τῶν ἐναντίων εἶναι λέγεται· νόσον γὰρ καὶ ὑγίειαν δέχεται, καὶ λευκότητα καὶ μελανίαν, καὶ ἕκαστον τῶν τοιούτων αὐτὴ δεχομένη τῶν ἐναντίων εἶναι δεκτικὴ λέγεται. ὥστε ἴδιον ἂν οὐσίας εἴη τὸ ταῦτόν καὶ ἐν ἀριθμῷ ὄν κατὰ τὴν ἑαυτῆς μεταβολὴν δεκτικὸν εἶναι τῶν ἐναντίων.

De fato, caso se aceite isso, a opinião e o enunciado serão receptivos de contrários. Porém, isso não é verdade, pois o enunciado e a opinião não são ditos receptivos de contrários porque eles próprios admitam algo, mas porque a afecção veio a ser em algum outro âmbito, visto que é pelo fato de a coisa ser ou não ser o caso que o enunciado é dito ser verdadeiro ou falso, não pelo fato de ele próprio ser receptivo de contrários, visto que nem o enunciado nem a opinião inqualificadamente mudam em nada sob ação de nenhum item, de modo que, visto que nenhuma afecção vem a ser neles, resulta não serem receptivos de contrários. Por outro lado, é pelo fato de ela própria admitir contrários que a substância é dita ser receptiva de contrários, visto que admite doença e saúde, brancura e negritude – e é na medida em que ela própria admite cada item desse tipo que é dita ser receptiva de contrários. Portanto, resulta ser próprio da substância o fato de, sendo uma e a mesma em número, ser receptiva de contrários segundo a sua própria mudança.

Segundo Aristóteles, a primeira proposta de solução falha porque o mesmo enunciado, embora dito ora verdadeiro, ora falso, não admite atributos contrários. Penso que o ponto seja que, na medida em que o estado de coisas com que guarda relação sofre mudança, um enunciado recebe ora o predicado “verdadeiro”, ora o predicado “falso” (“é pelo fato de a coisa ser ou não ser o caso que *o enunciado é dito ser verdadeiro ou falso*”) – mas não recebe atributos reais (“visto que *nenhuma afecção vem a ser neles*, resulta não serem receptivos de contrários”). Assim, a objeção falha não porque sejam diferentes o modo como enunciados e substâncias recebem atributos contrários, mas porque enunciados simplesmente não recebem atributos.

Resta, porém, que um enunciado efetivamente passa de verdadeiro a falso e de falso a verdadeiro – e, a fim de que o possa fazer, deve ser não um exemplar, mas um tipo, e a sua referência temporal deve ser móvel. Assim, a entidade lógica em *Cat. 5* partilha com o *axiôma* crisipiano o traço que dispara o nosso problema: se o estado de coisas que descreve é futuro e seu *truth-maker* é cada sucessivo estado de coisas simultâneo à valoração, o enunciado não é nem verdadeiro nem falso antes que ou se dê ou não se dê o estado de coisas que ora descreve e não adquire um valor de verdade quando o estado de coisas que ora descreve ou se dá ou não se dá.

Paulo Ferreira

*Universidade Federal de São Paulo*

### Referências Bibliográficas

- Ackrill, J. L. *Aristotle: Categories and De Interpretatione*. Clarendon, 1963.
- Allen, T. W. *Homeri opera*. Vols. III-IV. 2ª ed. Clarendon, 1917.
- Barbosa Filho, B. “Aristóteles e o princípio de bivalência” *Analytica* 9 (2005): 173-84.
- Barnes, J. *Truth, Etc.* Oxford, 2007.
- Blank, D. & Kretzmann, N. (eds.) *Ammonius’ On Aristotle’s On Interpretation 9 with Boethius’ On Aristotle’s On Interpretation 9 (First and Second Commentaries)*. Cornell, 1998.
- Bobzien, S. *Determinism and Freedom in Stoic Philosophy*. Oxford, 1998.
- Bodéüs, R. *Aristote: Catégories*. Belles-Lettres, 2001.
- Busse, A. *Ammonii in Aristotelis De Interpretatione commentarius*. G. Reimer, 1897.
- Charles, D. & Peramatzis, M. “Aristotle on Truth-Bearers” *Oxford Studies in Ancient Philosophy* 50 (2016): 101-41.
- Craig, W. L. *The Problem of Divine Foreknowledge and Future Contingents from Aristotle to Suárez*. Brill, 1988.
- Crivelli, P. *Aristotle on Truth*. Cambridge, 2004.
- Diels, H. *Simplicii in Aristotelis Physicorum libros quattuor posteriores commentaria*. G. Reimer, 1895.
- Dillon, J. *The Middle Platonists: 80 BC to AD 220*. 2ª ed. Cornell, 1996.
- Dorandi, T. *Diogenes Laertius: Lives of Eminent Philosophers*. Cambridge, 2013.
- Dummett, M. *Truth and Other Enigmas*. Harvard, 1978.
- Dummett, M. *Truth and the Past*. Columbia, 2004.
- Ferreira, P. “Notas sobre a definição do enunciado asseverativo (λόγος ἀποφαντικός) em Aristóteles” *Journal of Ancient Philosophy* 5 (2011): 1-14.
- Giomini, R. M. *Tulli Ciceronis De Divinatione, De Fato, Timaeus*. Teubner, 1975.
- Griffin, M. *Aristotle’s Categories in the Early Roman Empire*. Oxford, 2015.
- Haack, S. *Philosophy of Logics*. Cambridge, 1978.
- Hertz, M. J. & Hosius, C. A. *Gellii Noctium Atticarum libri XX*. 2 vols. Teubner, 1903.
- Hicks, R. D. *Diogenes Laertius: Lives of Eminent Philosophers*. 2 vols. Harvard, 1925.
- Hude, K. *Herodoti Historiae*. 2 vols. 3ª ed. Clarendon, 1927.
- Kalbfleisch, K. *Simplicii in Aristotelis Categoriae commentarium*. G. Reimer, 1907.
- Kretzmann, N. “Boethius and the Truth about Tomorrow’s Sea Battle” in: BLANK & KRETZMANN (eds.) (1998), pp. 24-52.
- MacFarlane, J. “Future Contingents and Relative Truth” *Philosophical Quarterly* 53 (2003): 321-36.
- Mates, B. *Stoic Logic*. 2ª ed. California, 1961.
- Meiser, K. *Anicii Manlii Severini Boethii commentarii in librum Aristotelis περι έρμηνείας*. 2 vols. Teubner, 1877-80.
- Mignucci, M. “Ammonius and the Problem of Future Contingent Truth” in: SEEL (ed.) (2001), pp. 247-84 [versão revista de MIGNUCCI (1998)].



- Mignucci, M. “Ammonius on Future Contingent Propositions” in: Frede, M. & Striker, G. (eds.) *Rationality in Greek Thought*. Clarendon, 1996, pp. 279-310.
- Mignucci, M. “Ammonius’ Sea Battle” in: BLANK & KRETZMANN (eds.) (1998), pp. 53-86 [versão revista de MIGNUCCI (1996)].
- Minio-Paluello, L. *Aristotelis Categoriae et liber De Interpretatione*. Clarendon, 1956.
- Monro, D. B. & Allen, T. W. *Homeri opera*. Vols. I-II. 3<sup>a</sup> ed. Clarendon, 1920.
- Nuchelmans, G. *Theories of the Proposition: Ancient and Medieval Conceptions of the Bearers of Truth and Falsity*. North Holland, 1973.
- Quine, W. v. O. *Philosophy of Logic*. 2<sup>a</sup> ed. Harvard, 1986.
- Ramus, P. *M.T. Ciceronis De Fato liber*. 2<sup>a</sup> ed. Vascosan, 1554.
- Santos, R. *Aristóteles: Categorias e Da Interpretação*. INCM, 2016.
- Seel, G. (ed.) *Ammonius and the Seabattle*. De Gruyter, 2001.
- Sharples, R. W. *Cicero: On Fate & Boethius: The Consolation of Philosophy IV.5-7, V*. Warminster, 1991.
- Sorabji, R. (ed.) *Aristotle Transformed: The Ancient Commentators and Their Influence*. Cornell, 1990.
- Sorabji, R. *Necessity, Cause, and Blame: Perspectives on Aristotle’s Theory*. Cornell, 1980.
- Sorabji, R. *The Philosophy of the Commentators, 200-600 AD: A Sourcebook. Vol. 3: Logic and Metaphysics*. Cornell, 2005.
- Wachsmuth, K. & Hense, O. *Ioannis Stobaei Anthologium*. 5 vols. com apêndice. Weidmann, 1884-1923.
- Weidemann, H. *Aristoteles: De Interpretatione*. De Gruyter, 2014.
- West, M. L. *Homerus: Ilias*. 2 vols. De Gruyter, 2019.
- West, M. L. *Homerus: Odyssea*. De Gruyter, 2017.
- Westphal, J. “The Future and Truth-Value Links: A Common Sense View” *Analysis* 66 (2006): 1-9.
- Wilson, N. G. *Herodoti Historiae*. 2 vols. Clarendon, 2015.